

A LINGUAGEM NEUTRA NO LEGISLATIVO BRASILEIRO: TENSIONAMENTOS ENTRE FORÇAS CENTRÍPETAS E CENTRÍFUGAS NA LÍNGUA

*THE NEUTRAL LANGUAGE IN THE BRAZILIAN LEGISLATURE: TENSIONS BETWEEN
CENTRIPETAL AND CENTRIFUGAL FORCES IN LANGUAGE*

Nívea Rohling¹

Willian Goncalves da Costa²

RESUMO: A discussão em torno da linguagem neutra ganhou espaço nos debates políticos, produzindo um conjunto de noções, crenças e sentimentos sobre a língua, materializados em textos da esfera legislativa. Tendo em vista essa problemática, este artigo analisa o embate entre forças centrípetas e centrífugas na língua em projetos de lei sobre a linguagem neutra que tramitaram no congresso nacional brasileiro no período de 2020 a 2023. Para tanto, a pesquisa tem como embasamento epistemológico os estudos do Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2003[1952/3], Volóchinov, 2018[1929]) e o Campo das ideologias linguísticas (Blommaert, 2014; Woolard; Schieffelin, 1994, 1998; Kroskrity, 2004; Irvine; Gal, 2000). Os dados de análise constituem-se de 05 (cinco) projetos de lei (PL), selecionados dos sites das assembleias legislativas dos Estados brasileiros. A análise empreendida aponta para o embate entre forças centrípetas (conservadorismos, direita e seus extremos) e forças centrífugas (estratificações linguísticas e heterodiscursiva). Nas práticas legislativas analisadas, são mobilizadas ideologias linguísticas centralizadoras com vistas a manter a hegemonia de determinada concepção de língua e de interdição de outras performances linguístico-discursivas.

Palavras-chave: Ideologias linguísticas; linguagem neutra; projetos de lei.

ABSTRACT: The discussion around gender-neutral language has gained prominence in political debates, producing a set of notions, beliefs, and sentiments about language, materialized in texts from the legislative sphere. Considering this issue, this article analyzes the clash between centripetal and centrifugal forces in language within legislative bills addressing gender-neutral language that were processed in the Brazilian National Congress from 2020 to 2023. To this end, the research is epistemologically grounded in the studies of the Bakhtin Circle (Bakhtin, 2003 [1952/3]; Voloshinov, 2018 [1929]) and the Field of Language Ideologies (Blommaert, 2014; Woolard & Schieffelin, 1994, 1998; Kroskrity, 2004; Irvine & Gal, 2000).

¹ Doutora e mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Associada III da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL).

² Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Graduado em Licenciatura em Letras com habilitação em língua portuguesa e língua inglesa pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP com especialização em Linguística Aplicada e Ensino de línguas pela mesma universidade de graduação.

The data analyzed consist of five legislative bills (PLs) selected from the websites of Brazilian state legislative assemblies. The analysis highlights the clash between centripetal forces (conservatism, the political right, and its extremes) and centrifugal forces (linguistic stratifications and heterodiscursivity). In the legislative practices analyzed, centralizing linguistic ideologies are mobilized to maintain the hegemony of a particular conception of language and to prohibit alternative linguistic-discursive performances.

Keywords: Linguistic ideologies; neutral language; bills.

1 Introdução

A língua, dita a do povo, uma vez ou outra, faz emergir fenômenos que reclamam certa polêmica, certa reflexão, certa necessidade de comunicação, certa atenção aos seus falantes ou grupo de falantes. No entanto, os vigilantes da língua “correta” logo se apresentam para condenar certo tipo de fala; é o caso da linguagem neutra. Vejamos alguns exemplos, como início de reflexão neste artigo. A Revista OESTE de São Paulo publicou que o Colégio Dante Alighieri, um dos mais requisitados do Estado, advertiu uma professora que utilizou a linguagem neutra³ em sala de aula, devido à pressão de familiares de alunas/os/es. Com essa notícia, a revista em questão expõe sua opinião sobre a linguagem neutra, dizendo que ela “não tem correspondência com o padrão de uso de linguagem adotado institucionalmente pelo colégio”⁴. Na reportagem, a revista traz “especialistas” para tratar sobre o assunto; um deles diz que o fato “Trata-se de uma crise da inteligência”, outra diz que “a linguagem neutra marginaliza cegos e surdos e é um desrespeito ao idioma. O ‘dialeto neutro’ inviabiliza a comunicação desses grupos”. Em outra situação sobre o mesmo tema, um prefeito de Divinópolis (MG) sancionou uma lei que proíbe as expressões de linguagem neutra na grade curricular e material didático da rede pública e privada⁵. Com isso, o Ministério Público de Minas Gerais apontou a inconstitucionalidade da lei municipal e recomendou sua revogação. Contrariando esta decisão, o prefeito decidiu manter a lei com a justificativa de manter o direito de “aprendizagem” da língua portuguesa e suas normas legais (Orientações nacionais de educação, VOLP e Gramáticas). Esse pedido de revogação foi baseado em uma decisão do Supremo Tribunal Federal – STF que declarou inconstitucional uma lei de Rondônia sobre o mesmo teor de proibição de linguagem neutra na escola. O argumento do STF, com base na constituição de 1988, lembra que os municípios não têm competência para legislar normas que editem sobre currículos e conteúdos programáticos escolares, sendo competência da União.

Esses e vários outros exemplos que circulam na sociedade brasileira contemporânea são reações-ativas ao uso da linguagem neutra, que produz um efeito manada, principalmente em redes sociais em que vários defensores advogam por uma pretensa “língua portuguesa”, pura e intocável, em que não cabe variantes em decorrência das práticas sociais de uso da língua.

Nessa arena discursiva, o debate em torno da linguagem neutra ganhou espaço na esfera

³ Está em debate o melhor termo para designar a linguagem que não marca gênero algum e inclui indivíduos que não se identificam com a binaridade da língua. Existem várias formas conhecidas como “linguagem não-binária”, “linguagem inclusiva”, “língua de gênero”, “gênero neutro”, etc. Neste artigo, utilizamos “linguagem neutra” por se tratar de um termo inaugural de discussão.

⁴Disponível em: <https://revista Oeste.com/brasil/colégio-dante-alighieri-adverte-professora-que-usou-linguagem-neutra-em-aula/>. Acesso em: 13 de agosto de 2023.

⁵ Disponível em: <https://portalgerais.com/proibicao-da-linguagem-neutra-e-mantida-em-divinopolis/>

política. Como explicam Signorini e Lucena (2023), a reivindicação por uma linguagem mais inclusiva, principalmente por parte dos ativismos LGBTQIA+, por meio da criação de termos não binários que propõe reformulação de palavras e construções gramaticais já existentes, tem ganhado protagonismo na agenda política. Dessa forma, a linguagem neutra tem sido “objeto de ações oficiais de repúdio e indignação, através de projetos de lei que buscavam proibir o uso institucional dessa linguagem alegando falta de legitimidade linguística, moral e política” (Signorini; Lucena, 2023, p. 01). Tais reações, como explicam as pesquisadoras, enquadram-se na concepção do grafocentrismo que convencionam institucionalmente o “bom uso” da língua e reproduzem padrões de fala, configurando-se, também, como lutas sociopolíticas e ideológicas.

É perceptível que a discussão legislativa sobre a linguagem neutra carece de um entendimento não apenas linguístico, mas de estudos no campo das ideologias linguísticas⁶. Isso porque as tensões em torno da linguagem neutra dizem respeito aos saberes metalinguísticos, a uma política de língua sobrecarregada de ideologias várias, entre elas a ideia de uma língua nacional e uma visão de homogeneidade de língua. Para além de concepções de língua, tais ideologias atingem sujeitos sócio-históricos, suas identidades, pertencimentos e, até mesmo, seus corpos. Assim, o uso da linguagem neutra, bem como as reações-respostas em torno dela, se depara com um efeito de homogeneidade e de preconceitos a grupos minorizados.

Nesse cenário, a linguagem neutra vem se mostrando como uma força descentralizadora da ideia de unidade de língua, assim como uma forma de comunicação que objetiva incluir pessoas que não se identificam com os gêneros gramaticais masculino e feminino. Os grupos que a reivindicam, dessa forma, não só mudanças estritamente linguísticas, mas discursivo-ideológicas ao problematizar, por exemplo, termos que reforçam estereótipos de gênero e propor a língua como prática social, dinâmica, maleável e inclusiva. A inclusão e promoção da igualdade de gênero já data de algumas décadas que, desde então, vem ganhando movimentos em direção a uma linguagem neutra que vem impulsionar, de maneira crítica, as discussões sobre a identidade de gênero, a igualdade de gênero e os direitos LGBTQIA+.

Em reação a esse movimento heterodiscursivo e descentralizador da língua, políticas e leis são propostas nas esferas públicas a fim de barrar ou abolir o uso da linguagem não binária em documentos oficiais e nas comunicações governamentais e, principalmente, no ambiente escolar.

Inserido nessa discussão e com vistas a construir inteligibilidades sobre os modos de construção discursiva sobre a linguagem neutra, este artigo analisa o embate entre forças centrípetas e centrífugas na língua em projetos de lei sobre a linguagem neutra que tramitaram nas assembleias legislativas brasileiras no período de 2020 a 2023. Para tanto, este texto está organizado nas seguintes subseções: a primeira, esta introdução; a segunda parte apresenta uma discussão sobre o tema linguagem neutra a partir do mapeamento de estudos já desenvolvidos; a terceira parte traz os fundamentos do Círculo de Bakhtin para a análise da linguagem; a quarta se ocupa dos projetos de lei sobre linguagem neutra no discurso legislativo brasileiro, subseção de análise do cronotopo conservador em que se produzem os PLs; a quinta parte discute sobre as forças centralizadoras no que tange à linguagem neutra. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

⁶ No decorrer do artigo detalhamos esse conceito, no entanto, é preciso adiantar que este estudo tem como baliza o conceito de ideologia linguística tal como proposta por Kathryn A. Woolard (2012), quando afirma que se trata de “representações explícitas ou implícitas que interpretam a relação entre a língua e os seres humanos no mundo social” (2012, p. 19).

2 Debates em torno da linguagem neutra

Em uma perspectiva histórica, Carboni (2003) já evidenciava que a linguagem única é um projeto social excludente, por isso está no centro do debate a reivindicação de uma terceira desinência que contemple outras identidades. Covas e Bergamini (2021) veem a linguagem neutra como um termo que promove uma linguagem que não marca gênero algum, isto é, “uma linguagem que abarca pessoas cujas identidades de gênero não são designadas pelos compostos binários homem ou mulher, partindo-se do pressuposto que a diversidade de identidade compõe múltiplas performatividades de gênero” (Covas; Bergamini, 2021, p. 54900). Para a autora e para o autor, a linguagem neutra tem sua origem na reivindicação de minorias e o desenvolvimento dessa linguagem não se apoia em uma bandeira individualista, pois se apoia em uma realidade de diversidade. Trata-se do direito de tornar-se visível, receber um tratamento igualitário e o dever de provocar a visibilidade a fim de conceber tratamento igualitário. Covas e Bergamini (2021) reconhecem a linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+ e do ponto de vista linguístico é viável a criação de um pronome neutro, assim como ocorre em outros idiomas como o alemão e o inglês.

Já para Sá (2022), essa variante é uma demanda de expressão na língua pelas minorias que não se veem representadas no próprio idioma e, por isso, pensaram em “estratégias, sistemas e outras possibilidades, como os pronomes e gênero neutro” (Sá, 2022, p. 2). Em outras palavras, tem relação com necessidades e demandas advindas de movimentos feministas e de pessoas trans e não-binárias. Desse modo, a linguagem neutra é vista como uma variação da língua usada por determinado grupo em certos contextos sociais que têm uma relação quase sempre de proibição e censura, como percebido pelo levantamento, realizado pela pesquisadora, em 34 projetos de lei criados no Brasil nos anos de 2020 e 2021 (Sá, 2022, p. 3-8)⁷. Ela prossegue dizendo que a linguagem neutra surge como proposta de descentralizar o masculino genérico em busca de um equilíbrio de gênero na língua e a neutralização. Nesse caso, “busca criar e possibilitar novas flexões de gênero não masculinas e não femininas e dar-lhes uma posição de maior preferência em relação às formas de gênero já estabelecidas” (Sá, 2022, p. 21).

Assim, segundo a autora, os preconceitos linguísticos são herdados e eliminá-los envolve mais do que expor esses preconceitos e sugerir alternativas para fazê-los desaparecer e as alternativas de mudanças linguísticas são as mais difíceis de aceitação, pois, para alguns, mudanças em uma língua são ameaçadoras aos costumes sociais, que são cristalizadas desde as regras gramaticais e os “bons usos” escolares. É importante observar, diante desses argumentos, que nos estudos de Sá (2022), os PLs são caracterizados como produtos de um fazer-persuasivo que busca estabelecer um contrato entre “cidadãos” e os diferentes níveis de governo e de uma parcela da sociedade (p. 22-56).

Paiva (2023), por sua vez, afirma que a linguagem neutra é um tipo de linguagem usada para não demarcar um gênero e que é possível nas modalidades escritas e faladas, pois, nessas modalidades, a linguagem neutra possui elementos apropriados que não indicam o gênero

⁷ Vale mencionar que Cunha (2021) também fez esse mesmo levantamento pela agência de jornalismo independente *Diadorim* do uso do gênero neutro na língua portuguesa (34 projetos de lei espalhados por 19 estados brasileiros), concluindo, de igual forma, que os PLs visam impedir a variação gramatical para além do gênero masculino e feminino. Brevilheri *et al.* (2022, p. 1) também fizeram uma pesquisa documental eletrônica “que gerou o mapeamento de 26 (vinte seis) Projetos de Lei, entre 2020 e 2021, vinculados a uma agenda conservadora anti-gênero nacional de ‘proibição da linguagem neutra’, traçando paralelos entre tais construções discursivas e os argumentos utilizados em torno de uma suposta ‘Ideologia de Gênero’”.

masculino ou feminino, mas se referem à pluralidade de gêneros⁸. Para tanto,

Tais necessidades emerge de um forte contexto de reivindicações de comunidades implicadas e que exigem agora maior atenção social, desde quando as mulheres e outros gêneros, como os não-binários (que não se identificam com nenhum dos dois gêneros convencionados) passaram então a reclamar pelo reconhecimento de suas próprias referências. Passaram a exigir o uso de novas formas de referências, e que não se sentissem sensíveis na língua e que fossem contempladas para além de referência normativa linguística, geralmente feita aos homens. (Paiva, 2023, p. 49)

Desse modo, a autora toca num ponto crucial em relação aos elementos linguísticos da língua portuguesa na atualidade; assim, argumenta que esses elementos discutidos são estratégias discursivas justificadas pelos “interesses de melhores formas de comunicação entre as pessoas, com as pessoas (a respeito) da realidade delas, no contexto da língua portuguesa” (Paiva, 2023, p. 51). Com isso, volta seu olhar para as normativas ensinadas nas escolas e vê que as gramáticas até admitem que o gênero masculino abrange o feminino (no plural ou sentido coletivo) “como uma forma que toma a parte pelo todo e uma predomina sobre o outro”. Esse argumento, para ela, tem gerado inúmeras reflexões, análises e debates por especialistas e enxerga que

Entre os que estão a favor da adoção de novos elementos linguísticos numa linguagem neutra, o argumento se concentra na necessidade real e urgente de adotar uma linguagem verdadeiramente inclusiva, que contribua para valorizar e respeitar a diversidade de gênero, não privilegiando um determinado grupo em detrimento de outros (lutar contra situações de sexismo), e sim, gerando permanente reflexão sobre a diversidade de gêneros, já reconhecidos pela ciência. (Paiva, 2023, p. 52)

Paiva (2023) observou que o argumento supracitado tem sido combatido por grupos de pais, educadores e grupos políticos “que não reconhecem na ciência fundamentos para explicar os conceitos em torno da identidade de gênero, ou ainda, como não sendo este um tema pertinente ou suficiente para mudanças na língua” (p. 53). Eles apoiam a ideia de que o gênero masculino já é neutro e que “que num sistema natural de definição de gênero já atende a necessidade de ser genérico e neutro” (p. 53). Com isso, Paiva também observa que os defensores do gênero masculino argumentam que a ideia de um gênero inclusivo é uma “agenda de gênero” que contrariam a defesa dos valores da família, da moral e da religião. Assim, “Há outros contra-argumentos a essas novas práticas, como por exemplo, a afirmação de que sendo uma língua neolatina como o espanhol, o português tem um natural sistema de gênero na sua origem normativa, sem fazer relação com qualquer intenção de desvalorização do gênero feminino ou de outros grupos identitários de gênero” (Paiva, 2023, p. 53-54).

Ao observar esses fenômenos, Biondo (2019, p. 95) já apontava que as hegemonias de gênero/sexualidade e as hegemonias linguísticas aparecem interligadas, pois propõem uma série de descrenças de argumentos contra o uso da identidade de gênero e credibilização de

⁸ Para Lau (2017), a finalidade primordial da linguagem neutra é mostrar a desconstrução de gênero, o rompimento do binarismo nas formas escrita e falada.

argumentos a favor das hegemonias de gênero.

Ainda sobre o panorama das discussões sobre linguagem neutra, Schwartzmann (2022, p. 259) problematiza que, no Brasil, por exemplo, produziu-se ideologias linguísticas que afirmam que a língua portuguesa é difícil, que a brasileira e o brasileiro não sabem falar e escrever corretamente, fazendo com que a língua, dessa forma, fosse sólida e que já estaria repertoriada por gramática e dicionários. Assim, observa que

o gênero gramatical não torna automaticamente uma língua mais ou menos sexista ou inclusiva. As escolhas do falante, que apresentam os reflexos da sua cultura e da sua identidade, vão tecendo uma rede figurativa, um encadeamento isotópico de figuras que vai se correlacionar a determinado(s) tema(s). (Schwartzmann, 2022, p. 265)

Em relação ao discurso, Schwartzmann (2022) reconhece, em suas palavras, novas figuratividades que dão conta de várias figuras como “sujeitas femininas, agênero, transgênero, intersexo, não binárias, independentemente dos recursos de linguagem manuseados, em uma espécie de artesanato idiossincrático que, se não rompe com uma lógica ‘industrial’ da repetição da língua, vai ao menos na sua contramão” (Schwartzmann, 2022, p. 267). Inclusive, a língua é um instrumento social de comunicação em que as pessoas se servem para dizer o que existe e o que não existe, de criar palavras, novos mundos, novas artes, novas literaturas, leis, etc. Para ele, “não se trata apenas, portanto, de uma questão de gênero. Assim, diante de uma plateia em que haja as mais diversas pessoas, uma ‘boa tarde a todas, todos e todes’ é bastante inclusivo” (p. 272) e a marcação de gênero é uma saída legítima para inclusão. Com isso ele pergunta e responde: “É preciso alterar todas as palavras de um texto ou discurso? Muito provavelmente, não, porque o que se busca mostrar com as escolhas linguísticas é o respeito à diversidade e o acolhimento” (p. 272).

Transitando no estado da arte deste estudo, encontramos nas discussões de Seidel (2021) a linguagem neutra sob a perspectiva dialógica do discurso. A pesquisadora também concorda que essa “nova forma de linguagem tem por objetivo instaurar um processo de não exclusão via estruturas linguísticas que podem atuar como marcadores de gênero”, que visa incluir pessoas de diferentes gêneros na língua. Assim, as discussões sobre a linguagem não binária, para Seidel, com base na leitura bakhtiniana, estão numa tensão entre as duas forças: centrípetas e centrífugas. Para ela, a definição de linguagem neutra está na relação entre língua e sociedade, entre o controle da língua, do exercício de poder que determina o que é válido e/ou aceito em termos de identidade de gênero. Para a pesquisadora, estabilizar certos sentidos, não apenas nega possibilidades de usar dada forma linguística, mas, pela negação do outro, se reconhece a existência desse outro (Seidel, 2021, p. 6). Dessa forma, entende, igualmente, que

a linguagem neutra carrega consigo a potencialidade de promover uma ruptura no binarismo de gênero que estrutura a sociedade brasileira, de forma que, ao mesmo tempo que expressa uma identidade de gênero fluida, abre espaço para que essa identidade exista no mundo. Assim, essa forma de linguagem instaura uma fissura nas “[...] limitações impostas por categorias sexuais estanques e hegemônicas, i.e. homem e mulher, que castram as potencialidades identitárias de alguns indivíduos que essas categorias não contemplam” [...], definindo quem escapa dessa dicotomia como desviante. (Seidel, 2021, p. 8)

Ainda para a autora, a neutralização da classificação binária de gênero na língua instaura a possibilidade de alterar estereótipos instituídos na sociedade como o masculino consagrado como padrão identitário e qualquer desvio desse padrão é tido como uma patologia. Nesse pensamento, a linguagem neutra torna-se signo que integra uma linguagem inclusiva que situa os sujeitos no mundo social a partir de uma dada ótica, pois “o reconhecimento de uma identidade de gênero que não é inata, fixa e dicotômica e que não, necessariamente, corresponde ao sexo biológico passa também pelo reconhecimento das formas linguísticas não pautadas na binariedade” (Seidel, 2021, p. 9). Desse modo, a linguagem inclusiva reconhece a existência das diversas construções da identidade de gênero.

Dessa forma, explica que nas línguas que codificam gênero, como no português, não é incomum as/os suas/seus falantes estabelecerem alguma correspondência entre marcação linguística de gênero com sexo biológico. Assim, gênero gramatical e gênero social são categorias distintas que não encontram apoio no uso da língua, pois ainda que a convenção gramatical aceita de que não haja uma relação direta entre gênero da palavra e gênero biológico, na prática de uso da língua, a relação é realizada corriqueiramente, pois

Tendo em vista os inúmeros movimentos sociais voltados para repensar a construção da categoria de gênero como algo binário, que não mais entendem o masculino genérico como um simples fenômeno linguístico, mas como um produto de convenções sociais e políticas de sociedades patriarcais [...], alguns termos parecem não atender mais à realidade da comunidade linguística que os utiliza e que percebe a identidade de gênero como uma construção, que não é inerente, fixa ou dicotômica. Nesse cenário, são propostas e empregadas novas formas linguísticas, que derivam do objetivo de libertar os falantes da normatividade imposta pelo gênero na língua e, conseqüentemente, na sociedade. (Seidel, 2021, p. 11)

Seidel considera que a proposta da linguagem neutra é uma reacentuação de signo que marca alteração na forma linguística e nas formas tradicionalmente empregadas, como os marcadores de gêneros que não dão mais conta da realidade. Para Seidel, “trata-se de buscar expressar a realidade vivenciada por grupos que não partem de uma perspectiva binária de gênero” (Seidel, 2021, p. 9).

Sobre essa opressão, Brevilheri *et al.* (2022, p. 2) comentam que as novas linguagens têm potencial de inclusão enquanto “prática de valorização das diversidades de identidades e expressões de gênero”. Para isso, há uma apropriação dos conhecimentos científicos por parte da comunidade trans, travesti, do ativismo e das ações afirmativas, pois os próprios sujeitos pensam sua realidade e as transformam e se entendem como agentes ativos nessas transformações e confrontam a realidade social a fim de superar toda ordem de preconceitos e violências.

Toda essa discussão aponta para uma maior visibilidade das narrativas de identidades que não enquadram na dicotomia homem-mulher, derivando no surgimento da política “não-binária” que, segundo Brevilheri *et al.* (2022), representa uma proposta abrangente de todas as identificações e as multiplicidades de gênero. Nessa discussão, Schwindt (2020) apresenta os quatro tipos de emprego que são propostas para a linguagem neutra: a) uso de feminino marcado no caso de substantivos comuns de dois gêneros (a presidenta, o presidente); b)

emprego de formas femininas e masculinas em vez do uso genérico do masculino (alunas e alunos); c) novas marcas no final de nomes e adjetivos (x e @: amigx, amig@) e d) ampliação da função de marcas já existentes (-e: migue). Do ponto de vista da produtividade da língua, o autor percebe que o termo *-e* encontra menos restrições para a expansão no sistema dos substantivos e adjetivos. Com isso, explica que a resistência à mudança não quer dizer que seja impermeável. Para o autor, dadas as medidas dos limites do sistema linguístico, parece progredir a proposta do emprego do *-e* como morfema neutro em substantivos e adjetivos para designar, em suas palavras, os “seres sexuados”⁹. Essa mudança, na sua visão, é controlada pelo sistema de marcação e produtividade de palavras fechadas pela vogal *-e*. Ressalvadas suas complexidades, infere, ao mesmo tempo, que a ciência tem um papel importante com o compromisso inegociável com o entendimento das diferenças e pode oferecer importantes contribuições para compreensão das mudanças linguísticas.

A fim de concluir esse panorama, Fiorin (2022) apresenta as condições histórico-sociais da linguagem neutra como reivindicação de que o mundo não se organiza em apenas dois gêneros, mas que expressa um gênero neutro ao lado do masculino e feminino. De forma didática, Fiorin tece seus argumentos pela possibilidade da marcação linguística da não binariedade, não só pelas suas complexidades e restrições que encontra no sistema, mas pela força e potência das ações sociais. Assim, considera que o objetivo da não binariedade na língua é “mostrar que um determinado sexo ou gênero social não é a norma” (Fiorin, 2022, p. 2).

O interessante na argumentação do pesquisador é que alguns conceitos ligados diretamente à linguagem neutra são pontos de partidas importantes para a explicação linguística que ele empreende, situando a língua, dessa forma, no seu contexto sócio-histórico. O primeiro conceito é o de gênero social, este se refere “a uma construção sociocultural que atribui certos papéis, comportamentos, formas de expressão, atividades e atributos considerados como adequados ao significado dado às características biológicas do sexo” (Fiorin, 2022, p. 2).

Com isso, chega ao gênero gramatical, uma categoria que divide os nomes em classes nominais: pronomes, concordância nominal e verbal e em afixos nominais (prefixos, sufixos e desinências), o que indica uma categoria gramatical de valor relacional, mediante concordância, que vincula o adjetivo e o pronome com o substantivo.

Diante disso, Fiorin entende a linguagem neutra como forma de “neutralizar o gênero desfazendo sua referência ao par homem/ mulher por meio de formas que sirvam para todos os gêneros, ou criar um novo gênero que indique o que está fora das categorias de gênero existentes” (Fiorin, 2022, p. 4). Por mais que Fiorin (2022, p. 10-11) exponha a diferença entre gênero gramatical e social, cuja não binariedade é “a existência de identidades que não se identificam nem com o masculino nem com o feminino”, concorda com Schwindt (2020b) que o gênero neutro se refere a “seres sexuados” e que não é impossível acontecer na língua. No entanto, demonstra algumas dificuldades como, por exemplo, não “basta usar termos neutros, como ‘pessoa’, ‘seres humanos’, ‘representante comercial’, etc., porque a concordância indicará o gênero do substantivo” e as concordâncias, uma ou outra, indicarão a binariedade. Nesse caso, a explicação fica por conta de Fiorin:

Podese dizer que o que é preciso é alterar a desinência dos adjetivos, usando o *-e*, para marcar o neutro: pessoas bonites; representante comercial productive. Entretanto, uma questão logo se apresenta. Os adjetivos de tema em *-e* têm

⁹ Schwindt, ao usar o termo “seres sexuados”, deixa evidente a separação das categorias de gênero gramatical e gênero social, mostrando, dessa maneira, sua filiação dicotômica de análise material da língua.

apenas uma forma para o masculino e o feminino e, portanto, não indicam o neutro, mas o masculino e o feminino: pessoas tristes, felizes, inteligentes, doentes. A desinência -e, como marca do neutro, só serviria para os adjetivos em -o/a. Isso também diz respeito aos substantivos comuns de dois com tema em -e: agente, estudante, contribuinte. Nesse caso, diz-se que a forma indicaria, além do masculino e do feminino, também o neutro, o que apresenta um certo inconveniente, pois a desinência -e é indicativa do neutro e poderia haver uma confusão na marcação dos gêneros. (Fiorin, 2022, p. 11).

Ao fazer esta análise, o pesquisador reforça e enfatiza que o gênero neutro se refere aos seres sexuados não binários e é possível como mudança complexa do ponto de vista do funcionamento linguístico, pelo fato da língua portuguesa categorizar os gêneros pela concordância, pela flexão e pela referência pronominal. A mudança, segundo Fiorin, tem que ocorrer por esses três elementos, mas a língua se adapta às mudanças sociais e incorpora as expressões dessas transformações sociais. Portanto, a linguagem neutra

Trata-se sim de uma mudança linguística, complexa para ser implementada: a criação de um novo gênero na língua. Entretanto, essa mudança, apesar de complexa e complicada, pode ser feita e não vai acabar com o português, mas, ao contrário, vai mostrar sua força e potência de, como toda língua, acolher nele as transformações sociais por meio dos mecanismos de mudança linguística. (Fiorin, 2022, p. 13)

Posto isso, a seguir, apresentamos conceitos centrais da teoria dialógica que orientou a presente análise, tais como heterodiscurso, forças centrípetas e forças centrífugas que atuam na língua.

3 Fundamentos do Círculo de Bakhtin para a análise da linguagem

Como amplamente discutido nos estudos dialógicos (Brait, 20210; Acosta-Pereira; Rodrigues, 2014; Rohling, 2014), os escritos do Círculo de Bakhtin concebem a linguagem como atividade sociodiscursiva, situada em contextos comunicativos/culturais concretos, tendo em vista a concepção histórica, cultural e social. No bojo dessa concepção está o enunciado, constituindo um conceito central nos estudos dialógicos, haja vista que o discurso é socialmente orientado e cada enunciado torna-se um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (Bakhtin, 2016 [1979]), refletindo e refratando a interação social da/o falante, da/o ouvinte e do tema como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles (Volóchinov, 2018 [1929]). Os enunciados (unidade da comunicação discursiva) são produzidos por meio de relações discursivas/interacionais concretas e históricas, carregadas de sentidos ideológicos. Assim sendo, na análise discursiva, o enunciado requer um “olhar” para o contexto extraverbal, parte constitutiva e essencial de sua significação, englobando os processos de compreensão e avaliação social (Volóchinov, 2019[1926]).

Para analisar enunciados, como os dados em tela, considerando as ideologias linguísticas (Kroskrity, 2004; Woolard; Schieffelin, 1994) que orbitam tais enunciados, foi preciso tecer compreensões sobre os fenômenos enunciativos-discursivos que impulsionam as manifestações socioculturais político-ideológicas na esfera legislativa. Em outros termos, foi preciso investigar os gêneros discursivos em que se realizam os enunciados, foco de nossa investigação, a saber,

projetos de leis, decretos, constituição, liminares, etc. Os gêneros discursivos são produzidos no interior dos campos ideológicos ou esfera ideológica (Volóchinov, 2018 [1929], p. 94), concebido aqui como uma esfera/campo de uso da linguagem. Sobre essa temática, em *Teoria do romance I: a estilística*, Bakhtin discute alguns pontos interessantes a respeito dos gêneros do discurso que tratam da estratificação da língua como organismo específico dos gêneros (Bakhtin, 2015 [1975], p. 63), pois os vários elementos da língua ganham matizes dos gêneros do discurso pelo fato de agregarem pontos de vistas, enfoques, formas de pensamentos, nuances e acentos ideológicos. Dessa forma, o gênero acompanha a língua e se torna estratificado. Isto é, entrelaça-se pelas várias estratificações, como por exemplo, a estratificação profissional, cotidiana, do momento histórico, de grupos sociais, etc. Para Bakhtin, essas “linguagens evidentemente se distinguem não só por seu vocabulário: envolvem determinadas formas de diretriz intencional, formas de assimilação e avaliação concreta” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 63). Bakhtin reforça que “todas as línguas do heterodiscurso, qualquer que seja o princípio que sirva de fundamento ao seu isolamento, são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas de sua compreensão verbalizada, horizontes concretos-semânticos e axiológicos específicos” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 67). Há, dessa forma, uma luta real que se firma na estratificação da língua, em outras palavras, no heterodiscurso e no uso intencional de determinado gênero do discurso.

Outro aspecto relevante para analisar os dados em tela são as forças atuantes na língua. Nesse debate, Bakhtin (Bakhtin, 2015 [1975]) detalha a categoria de língua única como expressões de processos históricos de unificação e centralização linguística, que no caso de nosso objeto de análise, reduziu-se a gramática e a noção de língua nacional em que as relações de poder institucionais tomam para si o direito de impor certos limites à língua. Bakhtin prossegue dizendo que a língua única não é dada, é uma indicação de oposição ao heterodiscurso “enquanto força que supera esse heterodiscurso, que lhe impõe certos limites, que assegura certo *maximum* de compreensão mútua e se cristaliza na unidade real, embora relativa, da linguagem falada (do dia a dia) com a linguagem literária, com a ‘linguagem correta’.” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 40, destaque do autor). O autor prossegue sua reflexão:

A língua única e comum é um sistema de normas linguísticas. Contudo, essas normas não são um imperativo abstrato, mas *forças criadoras* da vida da língua, que superam o heterodiscurso da linguagem, unificam e centralizam o pensamento verboideológico, criam no interior da língua nacional heterodiscursiva um núcleo linguístico firme e estável da língua literária oficialmente reconhecida ou protegem essa língua já formada contra a pressão do crescente heterodiscurso. (Bakhtin, 2015 [1975], p. 40, destaque do autor)

Nessa perspectiva, a língua não é tomada como um sistema de categorias gramaticais abstrata, mas tomada como ideologicamente preenchida, como uma cosmovisão de mundo, de compreensão mútua, dialogizada, conflituosa, dinâmica, ou seja, estratificada em todos os campos da vida ideológica. As *forças centripetas*, unificadoras de língua, atuam, como propõe Bakhtin, no meio efervescente do campo heterodiscursivo, da estratificação ideológica da língua. Porquanto,

Em cada momento concreto de sua formação, a língua é estratificada em camadas não só de dialetos no exato sentido do termo (segundo traços formalmente linguísticos, sobretudo fonético), mas também – o que é

essencial para nós – em linguagens sociológicas: linguagens de gerações, etc. (Bakhtin, 2015 [1975], p. 41)

Essas estratificações são diversamente discursivas e dinâmicas, pois se ampliam e se aprofundam, se caracterizam como *forças centrífugas*, “aquelas que corroem continuamente as tendências centralizadoras, por meio de vários processos dialógicos” (Faraco, 2009, p. 70) e desenvolvem o trabalho incessante do processo de descentralização e separação das forças centrípetas. Reforça-se, assim, que “Cada enunciação concreta do sujeito do discurso é um ponto de aplicação tanto das forças centrípetas quanto das centrífugas” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 42). Em outras palavras, é na enunciação, nos horizontes axiológico/valorativos que se cruzam as forças numa comunhão de ambiente heterodiscursivo que cada enunciado desse ambiente determina a feição linguística e do estilo do enunciado e isto, como diz Bakhtin, não é inferior ao sistema normativo-centralizador da língua única (p. 42).

Parafraseando Bakhtin, o heterodiscurso, em se tratando de linguagem neutra, ou qualquer estratificação da língua são polemicamente afiados contra as linguagens oficiais hegemônicas da contemporaneidade. Dessa forma, pode-se “dizer com franqueza que o elemento dialógico do discurso e todas as manifestações a ele vinculadas permaneceram até ultimamente fora do horizonte da linguística” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 43) e as tendências centralizadoras de língua carregam uma ideologia de língua e exorbita, ao mesmo tempo, como uma unidade no heterodiscurso.

Diante disso, advogamos que o estudo de ideologias linguísticas atrelado às noções de forças centrípetas e centrífugas podem produzir inteligibilidades sobre a diversidade de linguagens permanece fora do campo de visão da política brasileira, como é o caso do objeto de análise em tela.

4 Projetos de lei sobre linguagem neutra no discurso legislativo brasileiro

Para fins de análise dos dados, foram delimitados 05 (cinco) projetos de lei sobre linguagem neutra no território brasileiro (um de cada região do Brasil) do ano de 2023 mais o PL 5248/2020, de autoria do Deputado Guilherme Derrite (PP/SP), por ser um dos primeiros projetos a influenciar o debate sobre o assunto e os demais projetos que daí surgiram. Assim, o foco da análise recai sobre cinco (05) *projetos de lei* (PL 25001_2023 (BA), PL 31/2023 (DF), PL 191/2022 (ES), PL 212/2021 (MS), PL 282/2021 (PE))¹⁰.

Os projetos de lei delimitados foram produzidos no cronotopo¹¹ da “onda conservadora”¹² caracterizando-se como enunciados polêmicos, que suscitam polarizações e

¹⁰ As referências dos projetos de lei constam ao final do artigo em “referências dos dados de análise”.

¹¹ Mobilizamos aqui o conceito de cronotopo bakhtiniano, compreendido como o espaço-tempo em que se dão os enunciados, materializando ideologias, análises de causas e efeitos, ganhando vida nesses espaços (Bakhtin, 2018, p. 11-13). O cronotopo é a forma em que se diferencia e se percebe os modos como os sujeitos criam suas imagens, tornando seus corpos inseparáveis do espaço que ocupam e do tempo em que se movem, isso é a maneira de se representar como sujeito sócio-histórico. O tempo, de fato, é a categoria primária no cronotopo, percebido pelo comportamento das/os indivíduos/os no mundo físico. Sendo o tempo visível nas imagens representadas, essas representações são suscetíveis ao movimento do evento sócio-histórico a qual se encontram.

¹² Segundo Barbosa (2020, p. 32), “onda conservadora” diz respeito ao discurso político de espectro de direita mobilizado, principalmente, nas mídias e pelas reações na internet. Trata-se de “uma designação de um grupo político, de uma descrição de pessoas, de um processo histórico em que o discurso está mobilizado pelo

dicotomizações (Barbosa, 2020). Em seu bojo, os PLs situam-se no plano do heterodiscurso em contexto do discurso político, nos espaços públicos e se realizam nas diversas situações comunicacionais ao tratar de debates que atingem a sociedade, o dia a dia do cidadão, as mais diversas ideologias, mobilizando, desse modo, adeptos aos temas tratados.

Buscou-se observar nos enunciados movimentos discursivos que avaliam, medeiam, interdita e expõem ideias sobre a linguagem e as/os indivíduos/os. Assim, considerando os pressupostos bakhtinianos de que os signos ideológicos são produtos dialógicos, emergidos do convívio social, é a partir deles que parâmetros analíticos foram pensados, o que nos conduziu às avaliações, interpretações e compreensão dos dados de análise. São eles: 1) cronotopo; 2) ideologias linguísticas e 3) forças centrípetas e centrífugas. Vale destacar que esses parâmetros estão intrinsecamente relacionados às regularidades observadas a partir das leituras prévias dos projetos e aos conceitos teóricos agenciados no decorrer deste estudo, isto é, da análise dialógica do discurso e das ideologias linguísticas. Tendo, pois, explicitado aspectos relativos aos dados e parâmetros analíticos, passemos à discussão da análise.

Os enunciados a seguir caracterizam a linguagem neutra e, nessa forma de descrever, evidenciam-se ideologias linguísticas que orbitam a matéria legislativa:

Parágrafo único. Para efeito desta Lei entende-se por “linguagem neutra”, toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, sejam escritos ou falados com a intenção de anular as diferenças de pronomes de tratamento masculinos e femininos baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes, mesmo que venha a receber outra denominação por quem a aplica. (PL 282, 2021)

surgimento de uma neolingagem que pretende modificar a utilização das vogais temáticas, ou, mais especificamente, implementar a chamada “linguagem neutra” [...] A proposta primacial dos defensores dessa ideia baseia-se na premissa de que discursos direcionados a grupos de pessoas sejam alterados para que não se utilize mais o plural masculino. Nesse diapasão, estabelece-se uma identificação artificial de gênero neutro, substituindo-se o artigo “o” por “x”, “@” ou outro símbolo que supostamente afaste a marcação binária de sexo masculino ou feminino. (PL 5248, 2020)

Nesses exemplos, há uma batalha para conservação de uma língua homogênea parte de um grupo político, inserido em um processo histórico em que os discursos estão alinhados e mobilizados dentro de um movimento que, de forma global, tentam manter tradições. Isso se mostra, por exemplo, quando se referem a “qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos”.

Sobre o estilo¹³ mobilizado nos PLs, há uma estrutura genérica bastante tradicional e que invoca um discurso autoritário: “Fica vedado, fica proibido, é garantido aos..., veda expressamente, não há embasamento científico”, etc.. Nesse cronotopo conservador, tem-se sujeitos que se

aparecimento desse grupo” que atua na manutenção das instituições sociais tradicionais no contexto da cultura e da civilização e da língua, este focalizado neste estudo.

¹³ Para Bakhtin, o que determina o estilo de um gênero do discurso é seu elemento *expressivo*, o que significa “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (Bakhtin, 2016, p. 47).

encontram nesses eventos, seus modos de dizer e agir, assim como o heterodiscurso formado nesse espaço-tempo do embate discursivo, a classe ou grupo social e a geração que ali são mostrados, isto é, a disputa de poder por força de proibição para manutenção de uma língua hegemônica.

Um aspecto importante são as regulamentações, suas materializações em gêneros do discurso, institucionalizada por um centro parlamentar de instância política. A primeira camada de sentidos a ser discutida é que esses projetos instauram uma polêmica sobre o uso da língua que resvala tanto na temática da identidade de gênero, quanto da sexualidade iniciada pelo PL 3325 de 2020 da Assembleia do Rio de Janeiro. As ideologias sobre o uso normalizado da língua que não resguarda outras formas de expressão e/ou representação se alinha a uma agenda conservadora que fomenta reações contrárias a essas outras formas de uso da língua. Nesse sentido, considerando o horizonte valorativo do meio social mais próximo, a onda conservadora deu início

a um novo quadro de dicotomização, que também está presente na oposição “esquerda X direita”, mas que retomam outras de equivalentes desacordos como “conservador X liberal”, “progressistas X regressistas”, “machistas X feministas”, “heterossexuais X homossexuais”, etc. Além disso, o processo de constituição das dicotomizações pode avançar para outras hibridações. Isto é, essas oposições dicotômicas podem tornar-se mais complexas com os nomes compostos, aglutinados ou justapostos, qualificando (como em “liberal-conservador”, ou “feminista-progressista”), ou desqualificando (como em “feminazi” ou “machofascista”). (Barbosa, 2020, p. 41)

Essa dicotomização é mais uma das características do cronotopo da onda conservadora que se refletem e refratam (Volochinov, 2018) nos enunciados dos PLs e, conseqüentemente, revela a intenção de suas reformulações: a proibição do uso da linguagem neutra. Essas intenções discursivas presentes nesses textos-enunciados forçam uma aliança de vontades políticas e de interesses na arena discursiva legislativa. Os enunciadores desses projetos expõem diferentes argumentos/ponto de vistas com a intenção de alcançar seus afetos, seus grupos filiados e, acima de tudo, eleitores. Esses argumentos giram em torno de um ideal de língua centrada na gramática normativa, em instituições que tutelam o “certo e errado” na língua portuguesa e em detrimento a diferentes performances linguístico-discursivas dos falantes. Em outras palavras, produzem ideologias linguísticas que naturalizam certa concepção de língua homogênea.

Os propósitos discursivos desses PLs são de persuadir, seduzir e informar seus adeptos de que há um inimigo linguístico que desafia a hegemonia de sua língua única e “pura”. A partir dessa mirada cronotópica, nessa língua não há espaço para representações outras e qualquer manifestação linguística diferente deve ser apartado do meio social. Para tanto, os enunciados dos PLs estão intimamente ligados ao contexto de produção, bem como às expectativas dos cidadãos/ãs, provocados/as pela instância política que os/as representa, sendo, pois, uma representação social conservadora.

Ademais, os PLs são constituídos a partir de critérios de padronização textual-discursivos direcionados à produção de lei. Trata-se de textos-enunciados produzidos na esfera sociodiscursiva legislativa, portanto, oficial. Assim, os modelos passam a ser genéricos e bem formatados, podendo ser replicados facilmente pelos Estados brasileiros como discutem Signorini e Lucena (2023). Para a delimitação temática de um PL, leva-se em conta uma

situação comunicacional, o momento e as circunstâncias em que o tema é tratado, quando os discursos emergem e são direcionados a uma comunidade e/ou a vários públicos. No caso da linguagem neutra, os PLs atendem à demanda de um público em detrimento de outro, uma vez que são contemplados certos interesses de determinados grupos. Ao contrário da característica primeira de um projeto de lei, que é a negociação política e plural das diferentes demandas da sociedade.

De modo geral, nos PLs são materializados os discursos dos parlamentares, isto é, dos congressistas que assumem uma agenda político-ideológica, mas para esses discursos chegarem ao produto de um PL, passam por todo o processo de produção de uma norma. Conforme Teixeira Leite (2021, p.13), o discurso legislativo está “nas discussões em torno do plano de trabalho em uma comissão, na apresentação de emendas, nas questões de ordem e requerimentos em plenário, na justificativa dada à sociedade para que o projeto seja aprovado, nas manifestações partidárias, dentre tantas outras situações”. Como mencionamos, o objetivo do PL e o próprio ato de legislar, de criar normas que diz respeito a uma coação da conduta humana, de atribuir sanções, que vai se respaldar no âmbito jurídico e representar uma generalização à conduta da sociedade. Isso quer dizer que o direito é uma representação de ordem social, que se debruça sobre temas, soluções de problemas inéditos, que tenta se direcionar para uma proibição futura. Em outros termos, “a produção legislativa se dá a partir de e sobre um presente, referente a situações reais que levam à propositura de projetos” (Teixeira Leite, 2021, p.13).

Em relação à linguagem neutra, esses PLs passam pelo discurso legislativo que atua na construção normativa de estabelecimento de diretrizes de autoridade, validade e legitimidade de proibições de seu uso. Um ponto importante do discurso legislativo é a justificativa apresentada nos projetos de lei. Isto é, a proposição de uma lei necessita ser justificada para que possa se tornar norma e estabelecer novas formas de regulamentação, neste caso, a proibição da linguagem neutra. É por meio de argumentos materializados na justificativa do PL que se promovem a adesão e controle da população e demais órgãos de poder. Essa justificativa, presente nos PLs, são constituídas ideologicamente pela prática linguístico-discursiva, porque se trata de um enunciado dirigido a seus pares e adeptos a uma certa orientação valorativo-ideológica (Volóchinov, 2019).

Assim, as ideologias linguísticas materializadas nas justificativas dos PLs se concretizam por meio de relações dialógicas e de mobilização de discursos alheios a fim de sustentar seus posicionamentos, como podemos observar nos excertos a seguir:

Quadro 1 – Relações dialógicas e discurso alheio

PL nº 5248, 2020	<p>“Conforme salienta a presidente da Academia Argentina de Letras, Alicia Zorrilla...”</p> <p>“Primeiro, conforme pesquisadores da área de linguística...”</p> <p>“Sobre o tema, o linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr., em uma das mais aprofundadas pesquisas acerca desse objeto...”</p> <p>“Pautado no mesmo axioma, o professor da Unicamp, Sirio Possenti,</p>
------------------	---

	<p>explica...”</p> <p>“Face a todo o exposto, apresenta-se a presente proposição, cuja inspiração adveio do Projeto de Lei no 3.325/2020, protocolado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelos deputados estaduais Márcio Gualberto e Anderson Moraes, com o fim de garantir aos alunos de todo o Brasil o acesso e a aprendizagem da linguagem culta da língua portuguesa.”</p>
PL nº 25001, 2023	<p>“O presente projeto de lei visa proibir o ensino da Ideologia de Gênero e da Teoria Queer nas escolas públicas e privadas do Estado da Bahia.”</p> <p>“A American College of Pediatricians, uma das associações médicas de pediatria mais influentes dos Estados Unidos...”</p> <p>“segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico, 98% dos meninos e 88% das meninas confusos com seu gênero aceitam o seu sexo biológico naturalmente ao passar pela puberdade...”</p> <p>“Não por outra razão, o Supremo Tribunal Federal, por decisão unânime...”</p>
PL nº 191, 2022	<p>“é necessário que se entenda bem a língua portuguesa, a fim de afastar qualquer justificativa, nada plausível, para a adoção de uma ‘linguagem neutra’, pois cabe registrar que os pronomes masculinos para generalização não possuem qualquer cunho patriarcal ou machista, sendo que esta visão foi construída por uma má interpretação a respeito das línguas.”</p>
PL nº 212, 2021	<p>“Por exemplo, palavras como ‘todos’ ou ‘todas’ são substituídas por ‘todes’ ou ‘todx’. Pronomes como ‘dele’ ou ‘dela’ são substituídos por ‘dili’ ou ‘delx’. Ou seja, a prática visa usar palavras neutras, nem masculinas nem femininas.”</p>

Fonte: A autora e o autor (2024)

Como já mencionado, o discurso na concepção bakhtiniana constitui-se como um fenômeno da linguagem porque se constrói a partir de várias posições ideológicas de diferentes vozes sociais. Em outras palavras, o diálogo em acontecimento, como vemos nos excertos, apresentados no quadro 1, que se organizam pela inserção de *discursos alheios* (Bakhtin, 2013) e pelas relações dialógicas entre os projetos de lei semelhantes, como no caso do PL 5248 que se baseia em projetos anteriores.

A inserção de discursos alheios é um modo de operação de ideologias linguísticas, cujas produções são vistas e enfatizadas nas justificativas dos PLs que se descrevem a partir do entrecruzamento de vozes de autoridades linguísticas (a maioria distorcidas, diga-se de passagem) e entre o discurso jurídico (STF). Geralmente, as justificativas dos Projetos de Lei, como explicam Silva *et al.* (2020), apresentam, de forma genérica, elementos linguísticos textuais e discursivos que apresentam ideologias que operam entre posições favoráveis e contrários a um tema; ao contrário, nos nossos dados operam saberes contrários a linguagem neutra e apresentam itens lexicais negativos e de *avaliações axiológicas* (Volóchinov, 2018) sobre os falantes. Os PLs acima, ao capturar os discursos alheios, materializam acentos de valor e um tom de *discurso autoritário* (Bakhtin, 2013), estabelecendo uma hierarquia do discurso de autoridades “científicas” e jurídicas que se distancia dos fatos sociais da língua.

Esses discursos alheios passam a integrar um sistema de *signos ideológicos* (Volóchinov, 2018) que não dão conta da realidade dos fenômenos linguísticos no que se refere à representação de sujeitos que reclamam uma maior visibilidade de suas identidades por meio do uso da língua. Isso porque o fenômeno da linguagem neutra é uma mudança linguística demandada socialmente como tantas outras mudanças, tendo em vista o caráter heterogêneo, ideológico e heterodiscursivo da linguagem.

Ainda no bojo desse sistema que se criou, tendo em vista o cronotopo conservador e o espaço legislativo dos PLs, vale destacar que os enunciados comportam duas faces, uma verbal e outra extraverbal (Volóchinov, 2018). Na parte verbal, os enunciados carregam as entonações valorativas, ou seja, a seleção das palavras e suas disposições no interior dos PLs como, por exemplo:

é necessário que se entenda bem a língua portuguesa, a fim de afastar qualquer justificativa, **nada plausível**, para a adoção de uma “linguagem neutra”, pois cabe registrar que os pronomes masculinos para generalização não possuem qualquer cunho patriarcal ou machista, sendo que esta visão foi construída por uma **má interpretação a respeito das línguas**. (PL nº 191, 2022, destaques nosso)

Na maioria das vezes, a Ideologia de Gênero e a Teoria Queer são ensinadas como **verdades absolutas** nas escolas, em detrimento da realidade biológica natural, o que gera grave **confusão psicológica** aos alunos. (PL 25001, 2023, destaques nosso)

Vê-se que a mencionada “**linguagem neutra**” **não pertence ao domínio da linguagem natural**. Caso se desenvolvesse de forma natural, com a adesão da população, de modo também natural seria absorvida ao léxico ao longo do tempo; porém, o que se vê é uma visível tentativa de normalizar uma língua que não é natural e não corresponde à Língua Portuguesa, sendo, em verdade, **uma língua artificial laboratorial**, que pretende substituir a língua pátria ao arrepio da Constituição Federal e dos normativos orientadores da educação. (PL 31, 2023, destaques nosso)

Já a parte extraverbal, quando se observa a situação de interação que engloba o espaço-tempo dos enunciados, quando se dá a escolha do objeto de discurso, do tema e da atitude dos interlocutores frente à proposta da linguagem neutra, há um combate intenso por parte de alguns parlamentares em relação à linguagem neutra que extrapolam aspectos relacionados ao sistema linguístico. Os discursos dos PLs se voltam ao tema da linguagem não binária, seu objeto, num meio dialogicamente agitado, tenso, violento e cheio de avaliações depreciativas e acentos alheios que se entrelaçam nas complexas relações que se fundem num discurso conservador e normatizador.

De todo o exposto, fica evidente que os PLs são enunciados que dão indícios das posições axiológicas dos sujeitos, que se mobilizam para propósitos específicos, neste caso, contra a linguagem neutra na atividade legislativa. E, do outro lado da arena discursiva, estão os movimentos sociais que demandam reconhecimento da linguagem e dos sujeitos que a usam no mundo da vida. Em síntese, essas considerações acerca do cronotopo conservador no qual se dá a produção das PLs são indispensáveis para tecer inteligibilidades no tocante às ideologias linguísticas nos dados em tela. Na próxima subseção, são discutidas de modo mais focal os modos como as forças centrípetas e centrífugas da língua atuam nos PLs.

5 A ideologia da língua única – o tensionamento entre forças centrípetas e forças centrífugas

Como dito antes, este artigo tematiza ideologias linguísticas em PLs sobre linguagem produzidas na esfera legislativa no Brasil. Para tanto, vale destacar que o campo das ideologias linguísticas revela as dimensões da ideologia no processo linguístico em investigação e pode produzir inteligibilidade a problemáticas como, no entendimento de Woolard (1992), da “ideologia da linguagem de x ou de y”. As ideologias, segundo Woolard e Schieffelin (1994), vislumbram e promovem ligações da linguagem com a identidade de grupo e indivíduo/o/e. Para as pesquisadoras, essas conexões, muitas vezes, sustentam instituições sociais fundamentais e a linguagem se define implicitamente e/ou explicitamente pelos seres humanos, como, por exemplo, no âmbito da desigualdade entre grupos de falantes, das imposições coloniais, das instituições sociais, do Estado-nação, da educação, da lei, e, no caso deste trabalho, às propostas de mudança na língua, a exemplo da linguagem neutra.

Já Kroskrity (2004; 2010), por seu turno, entende que a compreensão de ideologias linguísticas abrange as ideias das/os participantes e das/os operadoras/es das ciências que lidam com a língua e compreendem as variedades linguísticas que carregam os modelos socioculturais da linguagem. As/os participantes na prática comunicativa articulam e incorporam as ideologias linguísticas como formas de racionalização de uso da linguagem, tais “racionalizações são tipicamente múltiplas, contextualizadas e necessariamente construídas a partir da experiência sociocultural do falante” (Kroskrity, (2010, p. 192, tradução nossa). Por sua vez, Blommaert (2014, p. 68) vê as ideologias como “crenças, ideias, visões e percepções sobre a linguagem em comunicação” que transita em relações de poder. Desse modo, dialoga com o entendimento de Judith Irvine (1989) de ideologias linguísticas como uma carga de interesses sociais e políticos que se encontram num sistema de ideias sobre relações sociais e linguísticas.

Assim, a percepção de que existe uma língua padrão, culta e intocável, um conjunto de crença sobre a língua, cuja estrutura permanece a mesma, ou seja, uma ordem dominante de língua única, o que não deixa de ser uma ideologia, uma crença do que seria uma língua que

não cabe outras variantes. Essa visão dialoga com a discussão bakhtiniana sobre língua única, discutida na subseção 3.

No bojo dessa ideologia da língua única, como dito antes Bakhtin já na década de 1930, problematizava a questão da língua única, das forças de unificação e centralização (forças centrípetas) e de estratificação e heterodiscurso (forças centrífugas) do mundo verboideológico. Essas ideias são práticas que atuam como forças para o mundo da ideologia, que delas nascem diferentes conceitos de sistema de linguagem, enunciados e indivíduos/os. Bakhtin afirma que os conteúdos basilares dessas ideias permanecem estáveis, mas são condicionadas a determinados destinos sócio-históricos, pois esses “destinos e tarefas determinaram tanto certas variedades de gêneros do discurso ideológico quanto certas correntes verboideológicas e, enfim, uma determinada concepção filosófica de discurso” (Bakhtin, 2015 [1975], p. 39) e são nelas que as forças centrípetas e centrífugas atuam.

A ideologia de língua única é expressão que carrega processos históricos de unificação e centralização linguística (forças centrípetas), que nesta análise reduziu-se à gramática e à noção de língua nacional em que as relações de poder institucionais tomam para si o direito de impor certos limites à língua, o que indica certa oposição ao heterodiscurso (força centrífuga). Exemplos de ideologias linguísticas que apontam forças centralizadoras podem ser observadas nos excertos a seguir:

Art. 1º É garantido aos estudantes do Distrito Federal o **direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas legais de ensino estabelecidas com base nas orientações nacionais de Educação pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) [...]** Art. 3º Fica expressamente proibida a denominada “**linguagem neutra**” na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos. (PL 31, 2023. Destaque nossos)

Art. 1º É vedado às instituições de ensino no Mato Grosso do Sul, independentemente do nível de atuação e da natureza pública ou privada, bem como a bancas examinadoras de seleções e concursos públicos, inovar, em seus currículos escolares e em editais, novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, **em contrariedade às regras gramaticais consolidadas e nacionalmente ensinadas.** (PL 212, 2021. Destaque nossos)

Olavo Bilac, jornalista, contista, cronista, poeta brasileiro e membro fundador da **Academia Brasileira de Letras**, dava tamanha importância à língua nacional que chegou a afirmar que ela consistia na própria nação brasileira, observe: “**A instrução primária é a cellula-mater da organização social.** Só por meio da sua difusão é que poderemos evitar a morte da nossa nacionalidade; porque só **a instrução primária pode conservar e expandir no país o uso da língua** que os nossos avós nos legaram, – e o que constitui a nacionalidade é propriamente a língua nacional. A pátria não é a raça, não é o meio, não é o conjunto dos aparelhos econômicos e políticos: **é o idioma criado ou herdado pelo povo.** Um povo só começa a perder a sua independência, a sua dignidade, a sua existência autônoma, quando começa a perder o amor do idioma natal.” (Informação retirada de: Instrução e patriotismo” In: Conferências literárias. 2a ed. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1930, p. 301) [...] **A Constituição da República de 1988**, dispõe no seu

artigo 13, que "a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil", por sua vez, o artigo 210, § 2º, dispõe que "o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa", não deixando qualquer dúvida de que a língua portuguesa é o idioma oficial que deve ser adotado para o todo o ensino no território nacional. (PL 282, 2023. Destaque nossos)

O modo como o léxico é mobilizado (*vedações, "direito ao aprendizado", VOLP, reforma ortográfica, gramáticas e regras gramaticais*) aponta para forças que tentam barrar o heterodiscurso (linguagem neutra), impondo limites para assegurar a cristalização numa língua única. A heterodiscursividade da linguagem, nessa concepção, passa a ser substituída por uma "linguagem correta", prevista em compêndios de regras. Aqui, convém trazer novamente as palavras de Bakhtin:

A língua única e comum é um sistema de normas linguísticas. Contudo, essas normas não são um imperativo abstrato, mas forças criadoras da vida da língua, que superam o heterodiscurso da linguagem, unificam e centralizam o pensamento verboideológico, criam no interior da língua nacional heterodiscursiva um núcleo linguístico firme e estável da língua literária oficialmente reconhecida ou protegem essa língua já formada contra a pressão do crescente heterodiscurso. (Bakhtin, 2015 [1975], p. 40)

Com essas restrições, a língua é tomada ideologicamente e restrita a uma visão de mundo, a uma posição política a serviço de determinada agenda de poder. As forças centrípetas, aquelas que unificam a língua, como diz Bakhtin, atuam no meio efervescente das forças centrífugas, ou seja, no campo da estratificação ideológica de língua, de heterodiscurso. Porquanto, a linguagem neutra atacada nesses PLs é a estratificação, uma camada da língua essencial para a representação dos que não se identificam com a tradição gramatical e nem aí se encontram, isto é, uma linguagem expressamente sociológica, uma linguagem identitária.

A estratificação da linguagem não binária, tanto combatida nos enunciados, é diversamente discursiva e dinâmica, pois ela está ampliando e aprofundando a discussão de gênero na língua e, dessa forma, passa a se caracterizar como força centrífuga que combate as tendências centralizadoras que corroem os processos dialógicos. A menção à linguagem neutra, as vedações a ela e o sequestro da língua às regras, os acordos, as leis e instituições acionados acima são forças que tentam centralizar e apagar o trabalho incessante do processo de descentralização das forças centrífugas da linguagem.

Os PLs são, nesse sentido, estratégias de manutenção de poder a fim de deter a estratificação promovida pela linguagem neutra, sobrecarregando-a de acentos atípicos: "*aprendizado destoante das normas e orientações legais de ensino [...] casuísticas ou representativas de interesses segmentados e minoritários [...] 'linguagem neutra' não pertence ao domínio da linguagem natural [...] língua que não é natural e não corresponde à Língua Portuguesa, sendo, em verdade, uma língua artificial laboratorial*" (PL 31, 2023). Esses enunciados desvelam ideologias que apontam para uma posição sócio-ideológica do momento sócio-histórico de polarização de ideias e que visam desqualificar não só a linguagem neutra, mas também as/os falantes, tendo em vista que as ideologias linguísticas "sustentam não apenas formas e usos linguísticos, mas também a

própria noção de indivíduo e de grupo social (...)” (Woolard, 2012, p. 20)¹⁴. Sobre esse aspecto, vale fazer referência ao que afirma Pinto (2018), quando afirma que os modos racionalizados de produzir ideologias sobre a língua e sobre os falantes numa clivagem moderna, colonial e racista, organizado num “eixo violentamente ocultado”. Nesse sentido, a análise das ideologias linguísticas só faz sentido ao serem pensadas em sua articulação com os processos coloniais e com as formas de subjetivação modernas de que participam (Pinto, 2018).

Em síntese, as forças centrífugas que levam a língua a se afastar das formas normativas para novas funções e/ou outras variantes, como no caso da linguagem neutra, esbarram nas forças centrípetas, aquelas que agem sobre a língua a fim de controlá-la e conter sua natureza heterodiscursiva por meio dos PLs. As ideologias centradas nas forças centrípetas são exercidas pelas instituições que impõem algum controle sobre a língua, no caso dos nossos dados, as casas legislativas e judiciárias e, como observamos, outras instituições contribuem e são invocadas como justificativa para manutenção da língua única, como: a Academia Brasileira de Letras, gramáticas, dicionários (VOLP), acordos ortográficos e o sistema jurídico, etc.

Considerações finais

Nesta análise apresentamos algumas reações-respostas a esse movimento heterodiscursivo e descentralizador da língua caracterizado pela linguagem neutra. Trata-se de reações sócio-ideológicas que se materializam em projetos de lei propostos nas esferas públicas a fim de barrar ou abolir o uso da linguagem não binária em documentos oficiais e nas comunicações governamentais e, principalmente, no ambiente escolar.

A análise empreendida sobre PLs evidenciou o funcionamento de forças de centralização e de unificação (forças centrípetas) que tentam barrar a forças de estratificação da língua, a saber, os movimentos de heterodiscurso (forças centrífugas) do mundo verboideológico (Bakhtin, 2015). Dessa forma, a ideologia de língua única carrega processos históricos de unificação e centralização linguística (forças centrípetas), que, nos dados em tela, reduziu-se à gramática e à noção de língua nacional em que as relações de poder institucionais tomam para si o direito de impor certos limites à língua. Tais movimentos indicam uma forte oposição ao heterodiscurso (força centrífuga) que, no caso a linguagem neutra, impõe limites para assegurar a cristalização numa língua única. Dessa forma, o discurso legislativo é mobilizado a serviço de determinado projeto político de poder para manutenção da hegemonia de uma certa concepção de língua e trabalham na interdição de determinadas performances linguístico-discursivas.

Referências

Acosta Pereira, R.; Rodrigues, R. H. O conceito de valoração nos estudos de Bakhtin: a interrelação entre ideologia e linguagem. *Rev. Linguagem em (dis) curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 177-194, 2014.

¹⁴ No original, “se apuntalan no solo las formas y los usos lingüísticos, sino también las muchas nociones sobre la persona y el grupo social, así como las instituciones sociales fundamentales, por ejemplo los rituales religiosos, la socialización infantil, las relaciones de género, El Estado-nación, la enseñanza y la ley.”

- Bakhtin, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013.
- Bakhtin, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Bakhtin, M. *Os gêneros do discurso*. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; Notas da edição russa: Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- Bakhtin, M. *Teoria do romance I: a estilística*. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.
- Bakhtin, M. *Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo*. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2018.
- Blommaert, J. Ideologias linguísticas e poder. In: Silva, D.; Martins Ferreira, D.; Alencar, C. (orgs). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.
- Brait, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chaves*. 4. ed., 4. reimpressão. São Paulo: contexto, 2010.
- Brevilheri, U. B. L. et al. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 11, p. 01-14, 2022.
- Covas, F. S. N.; Bergamini, L. M. Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 7, n. 6, p. 54892-54913, 2021.
- Del Valle, J; Meirinho, V. Ideologias linguísticas. In: Gutiérrez-Rexach, J (org). *Enciclopedia de Lingüística Hispánica*. Volume 2. New York: Routledge, 2017.
- Foucault, M. *Microfísica do poder*. 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015.
- Irvine, J. T. When talk isn't cheap: Language and political economy. *American Ethnologist*, v. 16, n. 2, p. 248-267, 1989.
- Kroskrity, P. V. Language ideologies–Evolving perspectives. *Society and language use*, v. 7, n. 3, p. 192-205, 2010.
- Kroskrity, P. Language ideologies. In: Duranti, A. (ed.). *A companion to linguistic anthropology*. Blackwell Publishing, 2004.
- Paiva, A. P.; Mabilia, J. M. C. Comunicação e inclusão: novos usos da língua para uma linguagem neutra. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, [S. l.], n. 43, p. 45-65, 2023.
- Pinto, J. P. Ideologias linguísticas e a instituição de hierarquias raciais. *Revista da ABPN*, v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, p.704-720, 2018.
- Rohling, N. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 44-60, 2014.
- Sá, A. V. de. *Análise semiótica do discurso sobre a linguagem neutra*. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Marcelo Bueno. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.
- Schwartzmann, M. N. Língua, gênero e diversidade: o que tem a semiótica a ver com isso? *Estudos Semióticos*, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 258-278, 2022.
- Schwindt, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico.

Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1-23, 2020.

Seidel, V. F. Linguagem neutra: Uma análise baseada na teoria dialógica do discurso. *Letrônica*, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 1-14, 2021.

Signorini, I.; Lucena, M. I. Linguagem e economia política em ativismos no twitter sobre o uso de 'linguagem neutra'. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 01-29, 2023.

Silverstein, M. Los usos y la utilidad de la ideología. In: Schieffelin, B. B.; Woolard, K. A.; Kroskrity, P. V. *Ideologías lingüísticas: práctica y teoría*. Madrid: Catarata, 2012.

Volóchinov, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

Volóchinov, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad., notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

Woolard, K. A. Language ideology: Issues and approaches. *Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)*, v. 2, n. 3, p. 235-249, 1992.

Woolard, K. A. Las ideologías lingüísticas como campo de investigación. In: Schieffelin, B. B.; Woolard, K.; Kroskrity, P. V. *Ideologías lingüísticas: práctica y teoría*. Madrid: Catarata, 2012.

Woolard, K. A.; Schieffelin, B. B. Language ideology. *Annual review of anthropology*, v. 23, n. 1, p. 55-82, 1994.

Referências dos dados de análise

Bahia. Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei nº 25001, de 26 de julho de 2023*. Dispõe sobre a proibição do ensino da Ideologia de Gênero e da Teoria Queer, bem como do uso da linguagem neutra, nas escolas públicas e privadas no âmbito do Estado da Bahia. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa-nova/proposicoesnumero=&palavra=linguagem+neutra&tipo=&deputado=&exDeputado=&outros=&dataInicio=&dataFim> Acesso em: 30 dez. 2023.

Distrito Federal. Câmara Legislativa. *Projeto de Lei 31, 10 de janeiro de 2023*. Garante aos estudantes do Distrito Federal o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/web/guest/projetos> Acesso em: 01 jan.2024.

Espirito Santo. Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei 191, de 04 de maio de 2022*. Fica proibida a utilização de “linguagem neutra de gênero”, gênero “não binarie”, “não binário” ou similares, em certidões de nascimento ou quaisquer documentos oficiais de identificação expedidos, no âmbito do Estado do Espírito Santo. Disponível em: https://www3.al.es.gov.br/spl/processo.aspx?id=141134&estatistica_resultado=16&tipo=5 Acesso em: 01 jan. 2024.

Mato Grosso do Sul. Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei 212, de 08 de julho de 2021*. Veda expressamente a utilização de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa pelas instituições de ensino e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos no estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em:

<http://sgpl.consulta.al.ms.gov.br/sgpl-publico/#/linha-tempo?idProposicao=135979> Acesso em: 01 jan. 2024.

Pernambuco. Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei 282, de 28 de fevereiro de 2023*. Estabelece medidas de proteção ao direito dos estudantes pernambucanos ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=9707&tipoprop=p> Acesso em: 01 jan. 2024

Recebido em: 19/08/2024

Aceito em: 01/11/2024